

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA

DE

14 de maio de 2009

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade Responsável : Assessoria de Plenário e Distribuição



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ORDEM DO DIA PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DE quinta-feira, 14 de maio de 2009, às 15 horas Art. 114 RI

ITEM 1: Apreciação do veto parcial ao PROJETO DE LEI Nº 1.043, DE 2008, do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.230.811,00 (oito milhões, duzentos e trinta mil, oitocentos e onze reais)".

Relator: Deputado - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 17/03/09. **OBS:** Veto sobre os anexos: 1) - **VII** - Programa Reforma da Catedral; e Realização da 27ª Feira do Livro; e, 2) - **VIII**: Apoio à realização do Projeto Brasília em Alta.

SUMÁRIO

Tramita sob o regime de urgência e nos termos regimentais foi distribuída para análise da CEOF onde recebeu emendas. Seu relator foi o Deputado Berinaldo Pontes que manifestou em parecer favorável aprovado pela Comissão. Foi aprovado em dois turnos e constam esses registros do seu assentamento processual.

Levado à consideração do Poder Executivo tornou lei com veto parcial. Este incidiu sobre uma emenda de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que originou os anexos acrescentando unidades orçamentárias à Empresa Brasileira de Turismo e à Secretaria de Governo para atender os programas de que trata o quadro acima.

Foi aposto o veto por entender o chefe do poder Executivo ser a matéria contrária à previsão do art. 43 da Lei nº 4.320/64, encaminhando o Governador mensagem à Câmara Legislativa relatando o ocorrido.

A legislação que induziu o veto – a Lei nº 4.320, de 1964, trata do instrumento administrativo que estabeleceu as normas de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Nela, a abertura de créditos suplementares e especiais só pode ser recepcionada caso haja recursos disponíveis para ocorrer a despesa e seja precedida de exposição justificada. Entendendo não estarem presentes os requisitos foi aposto o veto parcial.

Em sessão legislativa passada o Deputado Milton Barbosa foi designado para elaborar relatório da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, no entanto, como o referido parlamentar não mais faz parte daquele colegiado, é necessária nova designação. Informa que o referido veto está trancando a pauta – faixa constitucional – já que decorridos os 30 dias de prazo para que fosse apreciado por esta Casa; razão da sua inclusão em pauta. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 2: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 299, DE 2007, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, na página da Internet da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e no Diário Oficial do Distrito Federal, do CIDHAB – Cadastro de Inscritos de IDHAB, e dá outras providências".

Relator: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.

SUMÁRIO

Tem o intuito de disponibilizar para consulta de qualquer cidadão na página eletrônica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o cadastro dos inscritos no IDHAB – Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília, atualizado bimestralmente.

Apresentado em 2007, recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Assuntos Fundiários e de Constituição e Justiça. Levado à votação em 1º turno em 02/12/08, recebeu 03 emendas de plenário, aprovadas, e finalmente foi apreciado em 2º turno na sessão de 03/12/08. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Levado à consideração do Poder Executivo teve veto total, por entender, conforme a mensagem, ser a matéria de iniciativa da competência privativa do chefe do Poder Executivo; previsão dos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada por esta Casa, a proposição é incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 3: Apreciação do veto parcial ao PROJETO DE LEI Nº 1.026, DE 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 88.800.000, 00 (oitenta e oito milhões e oitocentos mil reais)".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

NÃO TEM RELATÓRIO. VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.
Os vetos incidiram sobre os anexos: **III** - execução de obras em Planaltina e urbanização; **IV** - construção de quadra poliesportiva – Área Especial/Taguatinga; implantação da via de acesso QE 30 – Guará II; Festas Via Sacra, Padroeiro Bom Jesus, Rosário de Fátima, São Vicente, São Mateus, São José; **V** - Atividades Culturais de São Sebastião; e, **VI** - urbanização da área especial nº 07 – QSC 13 Taguatinga; construção de praça pública – QE 44 Guará II; e, urbanização da praça da QR 501, Conj. 19 e 23 – Samambaia.

SUMÁRIO

Teve tramitação em regime de urgência e, nos termos regimentais, foi distribuído à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foram apresentadas 23 emendas e teve por relator o Deputado Bernaldo Pontes. Foi aprovado tanto na Comissão quanto em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam de seus assentamentos processuais.

Levado à consideração do Poder Executivo foi sancionada com veto parcial aposto aos anexos constantes do quadro, que são originados de emendas dos deputados Paulo Tadeu, Alírio Neto, Doutor Charles e Bernaldo Pontes, em que pretendem acrescentar a execução de obras e atividades.

Entendendo ser matéria contrária ao previsto no art. 43, da Lei nº 4.320/64, encaminha o Governador à Câmara Legislativa, mensagem comunicando que os referidos anexos receberam vetos.

A legislação indutora do veto – Lei nº 4.320, de 1964, segundo as razões contidas na mensagem, trata do instrumento administrativo que estabeleceu as normas de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Nela, a abertura de créditos suplementares e especiais, para ser recepcionados, conforme a ótica governamental, depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, além de ter de ser precedida de exposição justificada.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada por esta Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 4: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.030, DE 2008, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.

SUMÁRIO

A proposta tem o intuito de criar junto ao GDF o Programa de Incentivo a Investimentos cobrindo as áreas de tecnologia da informação e comunicação. Garante que serão disponibilizados instrumentos para a contratação com o Poder Público de produtos e serviços de base tecnológica nacional nas áreas de análise e desenvolvimento de sistemas; programação e processamento de dados; elaboração, licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação, inclusive jogos eletrônicos.

Conforme sua justificativa, esses instrumentos, dentre outros, irão promover e estimular o crescimento das contratações, mobilizar a aplicação de recursos financeiros, e aperfeiçoar as formas de cooperação para a formação, treinamento e capacitação de recursos humanos através da instituição de regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros

Distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e de Constituição e Justiça, teve pareceres favoráveis e foi aprovada em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Levada à manifestação do Poder Executivo recebeu deste veto total. Entendeu, conforme a mensagem, ser a iniciativa da matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, havendo assim contrariedade ao previsto nos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada pela Casa, a proposição é incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 5: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.112, DE 2008, de autoria do Deputado Chico Leite, que "acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897/01".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.

SUMÁRIO

A proposta tem por objeto acrescentar parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897, de 18 de outubro de 2001. A norma trata da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal e o dispositivo pretende normatizar que a escolha do Diretor-Geral do Centro de Assistência Judiciária deve recair em integrante da carreira, maior de trinta e cinco anos, a partir de uma lista tríplice indicada pela categoria, com direito a uma recondução.

Distribuída às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça recebeu pareceres favoráveis sendo aprovada em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Levada à manifestação do Poder Executivo recebeu deste veto total por entender, conforme sua mensagem, ser a iniciativa desta matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, havendo portanto, infração ao previsto nos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada por esta Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 6: Apreciação do veto parcial ao PROJETO DE LEI Nº 1.098, DE 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09. **OBS:** Os vetos incidiram sobre os anexos: **III** - Administração de Pessoal – Secretaria de Governo; e, **IV** - construção de praça pública na avenida Recanto; e execução de obras de urbanização no Recanto das Emas.

SUMÁRIO

Teve tramitação em regime de urgência e foi distribuído para análise da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, onde recebeu emendas. Teve por relator o Deputado Bernaldo Pontes, que o acatou, assim como foi acatado pelo plenário, cujos registros constam dos seus assentamentos processuais.

No mérito a proposição busca a abertura de crédito suplementar junto ao Orçamento Anual. Recebeu emenda do Deputado Roberto Lucena, que pretende acrescentar os anexos III e IV, tratando de propostas de execução de obras na região administrativa do Recanto das Emas, os quais foram vetados.

Entendendo ser matéria contrária ao previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/64, encaminha o Governador à Câmara Legislativa mensagem comunicando o veto parcial aos referidos anexos.

A legislação indutora do veto – Lei nº 4.320, de 1964, segundo as razões da mensagem, trata do instrumento administrativo que estabeleceu as normas de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Nela, a abertura de créditos suplementares e especiais, para ser recepcionada, conforme a ótica governamental, depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, e de ser precedida de exposição justificada.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada por esta Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 7: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.039, DE 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que específica, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.

SUMÁRIO

Tem por objeto conceder aos servidores públicos do GDF o direito a folga na data do seu aniversário. O benefício não importa em perda da remuneração, mas deve obediência a regras, como: informação à chefia com antecedência de quinze dias; não ter sido advertido nos últimos três anos ou suspenso nos últimos cinco anos, ambos com registro em prontuário, e impossibilidade de compensação em outra data.

Teve tramitação ordinária sendo distribuído às comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, e aprovado em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Encaminhado para manifestação governamental, e por entender, conforme a mensagem, ser a iniciativa desta matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, havendo, portanto, contrariedade ao previsto nos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, foi apostado veto total à proposição.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para ser apreciada pela Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Rogério Ulysses. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 8: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.271, DE 2004, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "dispõe sobre a criação do programa de creches comunitárias para os filhos de mães trabalhadoras do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Raad Massouh (DEM) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 24/03/09.

SUMÁRIO

O projeto de lei tem por intuito criar um programa de creches comunitárias para atender os filhos de mães trabalhadoras. Prevê funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7 às 19 horas, e aos sábados das 7 às 16 horas.

Tem por objetivo, conforme a justificção, atender gratuitamente seus filhos na faixa etária de três meses a seis anos. Condiciona o atendimento ao recebimento pelas mães de uma remuneração de até dois salários mínimos, comprovado por meio da Carteira de Trabalho ou por declaração expressa do empregador.

Nas disposições regimentais, foi distribuído às comissões de Assuntos Sociais, de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça recebendo pareceres favoráveis, na forma de substitutivo, e aprovado em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Encaminhado para manifestação governamental, e por entender, conforme a mensagem, ser a iniciativa da matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, e que houve contrariedade ao previsto nos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal, foi apostado veto total à proposição.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada por esta Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Raad Massouh. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 9: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 995, DE 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros Estados para esta Unidade de Federação ou efetuar o plantio de 02 (duas) árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 05 (cinco anos)".

Relatores: Deputado Chico Leite (PT) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 01/04/09.

SUMÁRIO

A proposta tem o intuito de obrigar as pessoas jurídica ou física, com sede, filial ou residência no Distrito Federal, a efetuar a transferência do licenciamento de veículos de outros estados para esta unidade da federação, sob a sanção, caso descumpra a norma, de efetuar o plantio de duas árvores a cada 500 cilindradas do respectivo veículo.

Nas disposições regimentais, foi distribuída às Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e de Constituição e Justiça onde recebeu pareceres favoráveis, e foi aprovada em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam do assentamento processual.

Encaminhado para manifestação governamental, e por entender, conforme sua mensagem, ser a iniciativa da matéria da competência privativa da União, conforme previsto no art. 22, XI, da Constituição Federal, haja vista estar legislando sobre licenciamento de veículo e sanções advindas, foi apostado o veto total.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada pela Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Chico Leite. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 10: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.036, DE 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário Gama – BEZERRÃO".

RELATORES: Deputado Chico Leite (PT) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 01/04/09.

SUMÁRIO

A proposta tem o objetivo de definir como será utilizado o Complexo Esportivo Comunitário Gama, conhecido como Bezerrão. O complexo, conforme o projeto, é compreendido pelo estádio de futebol, o ginásio de esportes, a vila olímpica, o teatro, o galpão para a escola de samba, e as demais instalações ao seu redor destinadas às práticas esportivas e culturais.

Nas disposições regimentais, foi distribuído às comissões de Assuntos Fundiários, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Recebeu pareceres favoráveis e foi aprovado em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais.

Encaminhado para manifestação governamental, e por entender, conforme a mensagem, ser a iniciativa desta matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, conforme previsto nos arts. 71, § 1º, IV, e 100, X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal, foi apostado o veto total.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada pela Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Chico Leite. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 11: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 1.876, DE 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que "declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Fundação Polo Ecológico de Brasília – ASSPOLO e dá outras providências".

RELATORES: Deputado Raad Massouh (DEM) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 22/04/09.

SUMÁRIO

De autoria do Deputado Brunelli a proposta tem por objeto declarar a Associação dos Servidores da Fundação Polo Ecológico de Brasília, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de diretoria não remunerada, como entidade de utilidade pública do Distrito Federal.

Nas disposições regimentais, foi distribuída às comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça. Não sofreu emendas, recebeu pareceres favoráveis e foi aprovado em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais.

Encaminhado para manifestação governamental, e por entender, conforme a mensagem, ser a iniciativa desta matéria da competência privativa do chefe do Poder Executivo, conforme previsto nos arts. 53, §§ 1º, 2º e 100, XXVI – em que os Poderes do Distrito Federal, independentes e harmônicos entre si, vedada a delegação de atribuições entre os Poderes, e que compete privativamente ao Governador do Distrito Federal praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Poder Executivo; foi apostado veto total.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada pela Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Raad Massouh. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.

ITEM 12: Apreciação do veto total ao PROJETO DE LEI Nº 855, DE 2008, de autoria da Deputada Érika Kokay (PT), que "assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de Transporte Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

RELATORES: Deputado Doutor Charles (PTB) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 01/04/09.

SUMÁRIO

Tem por autora a deputada Érika Kokay. Assegura às pessoas acometidas de transtorno mental, e em situação de risco, gratuidade no serviço de transporte público coletivo, instituído por meio da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007.

A proposta define a pessoa com transtorno mental como a diagnosticada como tal e em tratamento psiquiátrico com laudo emitido; e define situação de risco social a de renda familiar mensal de até três salários-mínimos e com prejuízo na sua integração social, conferindo à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o cadastramento das pessoas que terão direito ao benefício.

Nas disposições regimentais, foi distribuída às comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça. Não sofreu emendas, recebeu pareceres favoráveis e foi aprovada em plenário. Teve tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais.

Encaminhada para manifestação do Governador entendeu este ser-lhe da sua competência privativa, conforme arts. 53, §§ 1º, 2º e 100, XXVI, da Lei Orgânica. Os dispositivos apontam para a harmonia e independência entre os Poderes do Distrito Federal, vedada delegação de atribuições, e que compete ao Governador do Distrito Federal praticar os demais atos de administração, razões da aposição do veto total.

Decorridos os 30 dias de prazo – faixa constitucional – para que fosse apreciada pela Casa, a proposição foi incluída em ordem do dia, passando a trancar a pauta. Pela Comissão de Constituição e Justiça foi designado relator o Deputado Doutor Charles. Será mantido caso não obtenha em Plenário a maioria absoluta contrária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 13: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2009, de autoria do Poder Executivo, que "altera o § 5º do art. 61 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 07/05/09

SUMÁRIO

A proposição tem o intuito de possibilitar que lei específica estabeleça a imposição de multa de forma cumulativa, por descumprimento de obrigação tributária acessória, mesmo quando a infração for apurada em um mesmo processo.

Para que isso aconteça é necessária a alteração do § 5º do art. 61 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que trata do Código Tributário, que atualmente tem a seguinte redação:

"Art. 61. A imposição de multa não exclui:

...

§ 5º Apurando-se, no mesmo processo, o descumprimento de mais de uma obrigação acessória, impor-se-á a pena relativa à infração mais grave."

Com a proposta passa a ser a seguinte:

"Art. 61. A imposição de multa não exclui:

...

§ 5º Salvo disposição em lei, apurando-se, no mesmo processo, o descumprimento de mais de uma obrigação acessória, impor-se-á a pena relativa à infração mais grave."

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça. Foi incluída em ordem do dia e necessita da manifestação das comissões. Tem tramitação em regime de urgência e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria absoluta.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 14: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que "estabelece critérios para a indicação e concessão dos Títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília", em **tramitação conjunta** com o **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 2004, de autoria do Deputado Odilon Aires,** que "estabelece critérios para concessão de Título de Cidadão Honorário de Brasília", e com o **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto,** que "dispõe sobre a limitação de concessão de Título de Cidadão Honorário".

Relatores: Deputado Wilson Lima (**PR**) - Mesa Diretora
Deputado Brunelli (**DEM**) - CCJ

Recebeu 4 subemendas em 2º turno. A Mesa Diretora e a CCJ deverão manifestar-se sobre as mesmas. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 23/04/08.

SUMÁRIO

A proposta tem o objetivo de estabelecer critérios para a concessão de títulos de cidadania e de benemérito.

Para o recebimento da honraria de benemérito o indicado deve ser natural do Distrito Federal; residir ou ter residido aqui por período superior a quatro anos; ter praticado atos de relevante interesse social; ser pessoa de notório conhecimento público; e possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Quanto ao indicado a título de cidadania, são mantidos esses requisitos, à exceção da necessidade de naturalidade do Distrito Federal.

Por decisão do GMD foram apensados à proposição os Projetos de Resolução nº 82/04 e nº 59/08, com propósito similar que é o de limitar a concessão das honrarias.

Obedecidas as disposições regimentais, foi distribuída para parecer ao Gabinete da Mesa Diretora e à Comissão de Constituição e Justiça, recebendo pareceres favoráveis na forma de substitutivo. Levados a plenário foi aprovada em 1º turno. Teve tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais.

Incluído em pauta para votação em 2º turno, recebeu o substitutivo, em plenário, quatro subemendas que necessitam de manifestação do Gabinete da Mesa Diretora e da Comissão de Constituição e Justiça. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 15: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 549, DE 2003, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "cria, no âmbito do Distrito Federal, o programa habitacional para os trabalhadores na área de vigilância, residentes no Distrito Federal, e dá outras providências"

Relatores: Deputado Pedro Passos - CAF
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Chico Vigilante - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 29/04/09.

SUMÁRIO

A proposta visa criar programa habitacional para trabalhadores da área de vigilância, residentes no Distrito Federal, que não tenham imóvel e preencham os requisitos básicos previstos em lei, ao qual o GDF destinará área para a sua implantação e em que os beneficiários poderão organizar-se em cooperativas.

Foi distribuída às Comissões de Assuntos Fundiários, de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça recebendo pareceres favoráveis, portanto com tramitação concluída. Tem tramitação ordinária e sua inclusão em ordem do dia foi deferida pelo Presidente da Sessão Ordinária de 28/04/09. Seus registros constam dos assentamentos processuais e o quorum de aprovação é de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 16: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2007, de autoria do Deputado Doutor Charles, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de água potável aos alunos da rede de Ensino Público do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Aguinaldo de Jesus - CES
Deputado Aylton Gomes (PMN) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia em 26/08/08.

SUMÁRIO

A proposta em síntese busca tornar obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e 100% controlada, aos alunos da rede de ensino público e privado, inclusive faculdades e universidades, sendo que a fiscalização de aplicação fica sob a responsabilidade da Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça, onde recebeu pareceres favoráveis. Incluída em ordem do dia recebeu, em Plenário, uma emenda que necessita da manifestação das comissões. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 17: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2008, de autoria da Deputada Érika Kokay, que "estabelece aplicação de sanções aos que praticarem, no âmbito do Distrito Federal, atos de discriminação contra as pessoas acometidas de transtorno mental".

Relatores: Deputado - CDDHCEDP
Deputado - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 09/12/08.

SUMÁRIO

Dispõe que serão aplicadas sanções às pessoas físicas e jurídicas que, por qualquer meio ou forma, praticarem atos de discriminação em relação às pessoas acometidas de transtorno mental.

Define esse transtorno como a pessoa que, diagnosticada e tratada em psiquiatria, ou não, mostre comportamento singular e diferenciado daquele considerado socialmente adequado.

Considera como atos de discriminação impedir o ingresso ou a permanência de alguém em órgãos, entidades, estabelecimentos ou quaisquer outros locais públicos ou privados; fazer referências ou comentários depreciativos sobre a condição de portador de transtorno mental; ou recorrer a qualquer outra forma de manifestação que possa lhe causar constrangimentos ou embaraços ou aos seus familiares. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

Ainda, em relação à pessoa acometida de transtorno mental, recusar ou suspender a matrícula de criança ou adolescente em estabelecimento público ou privado de ensino, inclusive em creches; recusar, impedir ou retardar o atendimento, de qualquer natureza; impedir a admissão em projeto, estágio, ou emprego, público ou privado, submetido a tratamento psiquiátrico ou com antecedentes psiquiátricos; ou identificar a pessoa como "doente mental" em qualquer documento público ou privado.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 18: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.122, DE 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, em que "fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Arraiá do DNOCS".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu (PT) - CAS
Deputado - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 31/03/09, conforme Memo. nº 16/09 do Deputado Geraldo Naves.

SUMÁRIO

A proposta, em síntese, resume-se à sua ementa e ao texto do art. 1º, em que a autora pretende incluir no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o *Arraiá* do DNOCS, a ser realizado anualmente no mês de junho, no assentamento DNOCS.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.

ITEM 19: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.692, DE 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3.399, de 30 de julho de 2004".

Relatores: Deputado Raad Massouh (DEM) - CAS
Deputado Chico Leite (PT) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 15/04/09, em substituição ao PL 1.125/09 à pedido do Dep. Aylton Gomes e deferido pelo presidente da Sessão Ordinária de 05/05, Dep. Wilson Lima.

SUMÁRIO

Visa alterar a Lei nº 3.399/04 que institui no calendário oficial do Distrito Federal as festividades do Círio de Nazaré de Brasília, mais especificamente, seu parágrafo único do art. 1º, passando a ser realizada no segundo domingo do mês de setembro em vez do segundo domingo do mês de outubro como previsto na Lei. Acrescenta ainda parágrafo único definindo a festividade como de cunho cultural.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.

ITEM 20: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.101, DE 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "dispõe sobre a data comemorativa do dia da comunidade árabe no Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CAS
Deputado - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 03/12/08.

SUMÁRIO

A proposta, em síntese, resume-se à sua ementa e ao texto do art. 1º, onde o autor pretende instituir 25 de setembro de cada ano como data a comemorar o Dia da Comunidade Árabe.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 21: Discussão e votação, em 2º turno, do PROJETO DE LEI Nº 541, DE 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "institui o Dia do Para-atleta no âmbito do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Chico Leite (PT) - CAS
Deputado Brunelli (DEM) - CCJ

VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 07/10/08.

SUMÁRIO

A proposta, em síntese, resume-se à sua ementa e ao texto do art. 1º, onde o autor pretende incluir no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, a ser comemorado no dia 21 de setembro de cada ano, o Dia do Para-atleta.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, onde recebeu pareceres favoráveis, portanto, com tramitação concluída. Incluída em ordem do dia aguarda apreciação. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 22: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 2009, de autoria do Poder Executivo, que "estende o uso institucional ou coletivo, com atividade de saúde, incluindo todas as classes do grupo 'serviço de atenção à saúde', para o lote que menciona no Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, na Região Administrativa XXII, e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CAF
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECER. As Comissões deverão se manifestar sobre o Projeto. VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Absoluta. Incluído na Ordem do Dia de 15/04/09. Encaminhado a CAF para apreciação em 05/05.

SUMÁRIO

A proposta visa regularizar a ocupação do Hospital Juscelino Kubitschek por meio da extensão de atividades de saúde, permissão de edificação de número maior de subsolos visando criar estacionamento.

São as seguintes as atividades previstas: serviço de atendimento a urgências e emergências; atenção ambulatorial; complementação diagnóstica ou terapêutica e demais usos permitidos pela NGB 14/92. Os subsolos não serão computados na taxa máxima de ocupação. Será aplicada outorga onerosa da alteração de uso.

Obedecidas as disposições regimentais, foi distribuída às Comissões de Assuntos Fundiários e de Constituição e Justiça. Tem tramitação em regime de urgência e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria absoluta.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 23: Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do PROJETO DE LEI Nº 1.187, DE 2009, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECRES. As Comissões deverão se manifestar sobre o Projeto. VOTAÇÃO: Processo Nominal. QUORUM: Maioria Qualificada (16 votos). Incluído na Ordem do Dia de 07/05/09

SUMÁRIO

A proposição, informa sua exposição de motivos e justificação, tem o intuito de dispor sobre a aplicação de penalidade nos casos em que o contribuinte quando solicitado, deixar de informar no documento fiscal os dados necessários à identificação do adquirente, ou deixar de informar, no Livro Fiscal Eletrônico, os dados necessários à identificação do adquirente, quando essas informações constarem no documento fiscal

Para a consecução da medida é necessário a alteração da Lei nº 4.159/08, norma esta que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, especificamente no inciso I do § 1º do art. 3º passando de:

"Art. 3º O beneficiário do programa, adquirente ou tomador, fará jus ao valor de até 30% (trinta por cento) do ICMS ou do ISS efetivamente recolhido pelo estabelecimento fornecedor ou prestador.

§ 1º Para fins de apuração do crédito a ser concedido aos beneficiários, serão observados:

I – a proporcionalidade entre o valor do imposto efetivamente devido referente a suas aquisições e o valor total do imposto recolhido pelo contribuinte decorrente de operações ou prestações próprias, *no trimestre em que ocorreram.*"

Para:

"Art. 3º ..

..

I – a proporcionalidade entre o valor do imposto efetivamente devido referente a suas aquisições e o valor total do imposto recolhido pelo contribuinte decorrente de operações ou prestações próprias;"

De outro lado acrescenta os arts 10-A; 10-B e 10-C. O 10-A disciplinando a multa de R\$50,00 pela omissão da informação no documento fiscal dos dados necessários à identificação do adquirente; o 10-B atribui a responsabilidade solidária ao responsável contábil pela omissão; e o 10-C dispondo da reversão dos valores da multa ao Fundo de Modernização e reaparelhamento da Administração Fazendária.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça. Foi incluída em ordem do dia e necessita da manifestação das comissões. Tem tramitação em regime de urgência e seus registros constam dos assentamentos processuais.

O quorum de aprovação é o de maioria qualificada, haja vista que a proposta visa alterar a Lei nº 4.159/08, originada do Projeto de Lei nº 816/08 que trata da criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, cuja aprovação deu-se por este quorum.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 24: Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do PROJETO DE LEI Nº 571, DE 2007, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Serviço de Limpeza Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências".

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CAF
Deputado Pedro do Ovo - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Recebeu 3 emendas. As Comissões deverão se manifestar sobre as emendas.
VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 17/02/09.

SUMÁRIO

Trata a proposta de autorizar o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, órgão integrante do Governo do Distrito Federal, a firmar termo de cessão de uso de bens móveis destinados aos serviços de recolhimento do lixo urbano dessas localidades, com prefeituras do entorno do Distrito Federal, sendo uma cidade do Estado de Minas Gerais e vinte e cinco cidades do Estado de Goiás.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Fundiários e de Constituição e Justiça, onde recebeu pareceres favoráveis. Com tramitação concluída nas comissões foi incluída em ordem do dia. Recebeu em Plenário, três emendas, que necessitam da manifestação das comissões. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 25: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.798, DE 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares".

Relatores: Deputado Cabo Patrício (PT) - CES
Deputado - CCJ

Proferido parecer pela CES favorável ao Projeto na forma de substitutivo, no entanto este necessita ser votado pelo Plenário. Após, a CCJ deverá manifestar-se sobre o projeto e o substitutivo. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 05/02/09.

SUMÁRIO

A proposta obriga os fabricantes de cervejas, refrigerantes, sucos e similares, envasados em latas de alumínio ou material semelhantes, a aplicar o chamado *selo higiênico*, no local da superfície da embalagem que faz contato com a boca, através de uma lâmina em alumínio flexível que deverá ser fixada com cola alimentícia.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça, onde não recebeu parecer em reuniões ordinárias.

Encaminhado para ordem do dia, recebe parecer favorável da Comissão de Educação e Saúde, em forma de substitutivo, no entanto o parecer não foi apreciado pelo Plenário da Casa, e logo que assim procedendo deve ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 26: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 832, DE 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "destina às mulheres chefes de família que atendam os requisitos que especifica vinte por cento das unidades de programas de interesse social".

Relatores: Deputado Benício Tavares (PMDB) - CAF
Deputado Raimundo Ribeiro (PSL) - CAS
Deputado - CCJ

Aprovados pareceres da CAF e da CAS na forma da emenda apresentada pelo Deputado Benício Tavares. A CAF deverá manifestar-se sobre a emenda; a CCJ sobre a emenda e o Projeto. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 10/12/08.

SUMÁRIO

Tem por objetivo tornar possível que em todos os programas habitacionais de interesse social implantados no Distrito Federal, sejam destinados o percentual mínimo de vinte por cento de suas unidades para mulheres chefes de família que preencham os demais requisitos desses programas.

O termo chefe de família no projeto tem por definição serem as mulheres que sozinhas respondem pela guarda, sustento e educação de filhos com idade até 14 anos.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Fundiários; de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Incluída em ordem do dia recebeu pareceres favoráveis na CAF e na CAS, nesta com emenda. É de salientar que essa emenda necessita de manifestação da CAF e, ela, assim como o projeto, análise de admissibilidade, da CCJ. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 27: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.198, DE 2009, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece regras para concessão de progressões ou promoções funcionais e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CAS
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECER. As Comissões deverão se manifestar sobre o Projeto. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 15/04/09.

SUMÁRIO

A proposta em análise busca estabelecer regras para a concessão de progressões e promoções no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal. Informa sua justificativa que hoje o tema é tratado via decreto governamental, o que gerou questionamentos da sua Corregedoria-Geral, não explicitados.

Em razão do questionamento, houve a sugestão, acatada com esta proposição, de estabelecer que a partir de sua entrada em vigor o reposicionamento, em classe ou padrão, dos servidores do Distrito Federal somente se fará na forma da lei, vedado a progressão e a promoção funcional, em caráter excepcional, por decreto.

É de observar que a proposta no conteúdo convalida todos os atos que implicaram o reposicionamento, em classe e padrão, assim como os pagamentos das parcelas remuneratórias deles decorrentes, mantido os posicionamentos alcançados. Desta forma, promoções e reposicionamentos, a partir de agora, devem estar amparados em lei geral ou específica.

Obedecidas as disposições regimentais, foi distribuída às Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça que não se manifestaram. Tem tramitação em regime de urgência e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 28: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2003, de autoria dos Deputados Chico Leite e Arlete Sampaio, que “disciplina os procedimentos para a realização de audiência pública prévia a desafetação de área, alteração de gabarito de edificações, mudanças e extensão de uso, de taxas de ocupação e índices de construção e elaboração e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e do Plano Diretor Local, e dá outras providências”. Em **tramitação conjunta** com o **PROJETO DE LEI Nº 649, DE 2003, de autoria do Deputado Peniel Pacheco**, que “sujeita projetos de lei, originários do Poder Executivo, à audiência pública prévia, sempre que envolver assuntos pertinentes ao meio ambiente”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas (PRP) - CAF
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECERES. Apresentado um Substitutivo. As Comissões deverão se manifestar sobre os projetos. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 09/12/08.

SUMÁRIO

A matéria tem por objetivo disciplinar os procedimentos das audiências públicas nos projetos que tratam da desafetação de áreas públicas; alteração de gabarito; mudanças e extensão de uso; taxas de ocupação; índices de construção; e elaboração de planos de ordenamento territorial ou local.

A proposição, por se tratar de matéria correlata, tramita em conjunto o Projeto de Lei 649/03. Este trata das audiências públicas em projetos de iniciativa do Poder Executivo nos temas relacionados ao meio ambiente. Garante a realização de audiências públicas nas regiões de que tratam os projetos, antes do seu envio à Câmara Legislativa, e caso a área seja pertinente a mais de uma região administrativa, haverá audiência pública em cada uma.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para parecer às Comissões de Assuntos Fundiários; de Economia, Orçamento e Finanças; e de Constituição e Justiça, para análise de mérito e admissibilidade. Incluída em ordem do dia, recebeu em Plenário uma emenda substitutiva e não há manifestação de comissões sobre a matéria e seus acessórios. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.

ITEM 29: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 604, DE 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

Relatores: Deputada Érika Kokay (PT) - CES
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECERES. As Comissões deverão se manifestar sobre o projeto. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 08/10/08.

SUMÁRIO

A proposta busca isentar do pagamento de contas de energia elétrica as famílias de pessoas cujo quadro de saúde inspire cuidados específicos, e que requerem, no ambiente doméstico, a utilização de forma compulsória e interrupta de equipamentos médicos hospitalares elétricos.

Essa isenção será requerida pela família do paciente junto à Companhia Energética de Brasília - CEB, mediante a apresentação de laudo médico informando a necessidade de utilização doméstica de aparelhos médico-hospitalares, o período previsto para uso e a situação de carência financeira do beneficiário.

Em se tratando de criança e de adolescente, a isenção poderá ser requerida pelos Conselhos Tutelares e pelas Promotorias e Juizados da Infância e da Juventude.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise, de mérito e admissibilidade, das Comissões de Educação e Saúde; de Economia, Orçamento e Finanças; e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é o de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 30: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 974, DE 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da Rede Pública de Ensino".

Relatores: Deputada Érika Kokay (PT) - CES
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECERES. As Comissões deverão se manifestar sobre o projeto. **VOTAÇÃO:** Processo Simbólico. **QUORUM:** Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 11/12/08.

SUMÁRIO

Institui ao Poder Executivo o diário eletrônico para o lançamento da frequência, notas, conteúdos e outras informações relativas aos alunos da rede pública de ensino, devendo todos os estabelecimentos de ensino disponibilizar microcomputadores ao professor para seus fins.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.

ITEM 31: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 1.065, DE 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "inclui no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal a Feira de Agronegócio – Agrobrasília".

Relatores: Deputado Wilson Lima (PR) - CAS
Deputado - CCJ

NÃO TEM PARECERES. As Comissões deverão se manifestar sobre o projeto. **VOTAÇÃO:** Processo Simbólico. **QUORUM:** Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 29/04/09.

SUMÁRIO

A proposta, em síntese, resume-se à sua ementa e ao texto do art. 1º, em que o autor pretende incluir no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Feira de Agronegócio – AGROBRASÍLIA, a ser realizado anualmente no mês de abril.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Não tem pareceres. Tem tramitação ordinária e sua inclusão em ordem do dia foi deferida pelo Presidente da Sessão Ordinária de 28/04/09. Seus registros constam dos assentamentos processuais e o quorum de aprovação é de maioria simples.

ITEM 32: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 775, DE 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "dispõe sobre a criação do sistema cicloviário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Wilson Lima (PR) - CAS
Deputado Leonardo Prudente (DEM) - CAF
Deputado - CCJ

Aprovado parecer favorável pela CAS. As demais Comissões deverão se manifestar sobre o projeto. **VOTAÇÃO:** Processo Simbólico. **QUORUM:** Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 30/04/09.

SUMÁRIO

A proposição tem objetivo de incentivar o uso de bicicletas para transporte, através da criação do Sistema Cicloviário do Distrito Federal. O sistema cicloviário será formado pela criação de ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas, rotas operacionais, bicicletários e paraciclos. Determina, ainda a proposição, a integração do transporte de bicicleta com o Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal, viabilizando os deslocamentos com segurança para o ciclista.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Fundiários e de Constituição e Justiça. Apreciada e aprovada na CAS, a matéria obteve parecer favorável. A CAF e a CCJ deverão ainda se pronunciar sobre a matéria. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

ITEM 33: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2007, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "revoga dispositivos da Lei nº 2, de 30 de novembro de 1988, que dispõe, sobre a realização da segunda etapa do concurso público para provimento do cargo de analista de finanças e controle externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal e o pagamento da ajuda de custo".

Relatores: Deputado Leonardo Prudente (DEM) - CEOF
Deputado Chico Leite (PT) - CAS
Deputado Chico Leite (PT) - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia de 29/04/09.

SUMÁRIO

A proposta em análise revoga dispositivos da Lei nº 2/88. Esta lei transformou no quadro de pessoal do TCDF os cargos de Técnicos de Controle Externo e de Auxiliar de Controle Externo, respectivamente, em cargos de Analista de Finanças e Controle Externo, de nível superior, e de Técnico de Finanças de Controle Externo, de nível médio.

Quando de sua edição previa seus arts. 4º, § 1º, e 6º, parágrafo único, que o provimento desses cargos dar-se-ia em duas etapas, ambas de caráter eliminatório, sendo a primeira exame de conhecimento, e a segunda formação, ambas com avaliação final e classificatória.

A proposta tem o objetivo de revogar esses dispositivos justificando para tanto que a realização do curso de formação representaria uma despesa desnecessária para o TCDF, em face do pagamento de ajuda de custo aos candidatos, devida até a nomeação, e dos custos realizados com o próprio programa de formação, sem que exista um real proveito para o serviço, pois o enfoque teórico da segunda etapa tem sido uma simples repetição do que já foi objeto de cobrança na primeira fase do concurso.

Obedecidas as disposições regimentais, foi distribuída às Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça que se manifestaram favoráveis em pareceres. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. Sendo que o quorum de aprovação é da maioria simples.

ITEM 34: Discussão e votação, em 1º turno, do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, de 2007, de autoria da Mesa Diretora, que "cria a Brigada de Incêndio da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses (PSB) - CESG
Deputado Pedro do Ovo (PMN) - CCJ

Aprovados pareceres favoráveis da CESG e da CCJ, na forma de Substitutivo da CCJ. A CESG deverá manifestar-se sobre o Substitutivo. VOTAÇÃO: Processo Simbólico. QUORUM: Maioria Simples. Incluído na Ordem do Dia em 28/08/08.

SUMÁRIO

A proposta cria a Brigada de Incêndio da Câmara Legislativa, unidade de caráter permanente destinada à preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio da instituição.

Na sua competência cabe, dentre outros, executar o serviço de prevenção e combate de pequenos focos de incêndio; acionar o Corpo de Bombeiros, independentemente de análise de situação; e prestar os primeiros socorros a feridos.

Obedecidas as disposições regimentais, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Segurança e de Constituição e Justiça. Aprovados pareceres favoráveis das comissões na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Segurança deverá manifestar-se sobre o substitutivo. Tem tramitação ordinária e seus registros constam dos assentamentos processuais. O quorum de aprovação é de maioria simples.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

MESA DIRETORA 2009/2010

Presidente

Deputado Leonardo Prudente (DEM)

Vice-Presidente

Deputado Cabo Patrício (PT)

1º Secretário

Deputado Wilson Lima (PR)

Suplente

Deputada Eurides Brito (PMDB)

2º Secretário

Deputado Raimundo Ribeiro (PSL)

Suplente

Deputado Rogério Ulysses (PSB)

3º Secretário

Deputado Milton Barbosa (PSDB)

Suplente

Deputada Jaqueline Roriz (PSDB)

Corregedor

Deputado Brunelli (DEM)

Ouvidor

Deputado Benedito Domingos (PP)

LIDERANÇAS			
Partidos e/ou Blocos	Líder	1º Vice	2º Vice
Democrata DEM	Geraldo Naves	Raad Massouh	
Partido dos Trabalhadores	Érika Kokay	Cabo Patrício	Chico Leite
Bloco Democrático Social Brasileiro PMDB e PR	Benício Tavares		
Bloco Progressista-PRP/PPS/PMN/PSB PSL/PP	Rogério Ulysses	Batista das Cooperativas	
Bloco Social Trabalhista PSDB/PTB	Cristiano Araújo		
Partido Democrático Trabalhista PDT	Reguffe		
Governo	Eurides Brito	Batista das Cooperativas	

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

	Titulares	Suplentes
Presidente	Rogério Ulysses	Aylton Gomes
Vice- Presidente	Raad Massouh	Brunelli
Membros	Chico Leite	Cabo Patrício
	Rôney Nemer	Wilson Lima
	Doutor Charles	Cristiano Araújo

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

	Titulares	Suplentes
Presidente	Cristiano Araújo	Doutor Charles
Vice- Presidente	Eurides Brito	Benício Tavares
Membros	Paulo Tadeu	Chico Leite
	Brunelli	Geraldo Naves
	Benedito Domingos	Batista das Cooperativas

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

	Titulares	Suplentes
Presidente	Paulo Tadeu	Chico Leite
Vice- Presidente	Wilson Lima	Bispo Renato
Membros	Aylton Gomes	Cláudio Abrantes
	Milton Barbosa	Jaqueline Roriz
	Raimundo Ribeiro	Benedito Domingos

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

	Titulares	Suplentes
Presidente	Chico Leite	Paulo Tadeu
Vice- Presidente	Wilson Lima	Eurides Brito
Membros	Rogério Ulysses	Raimundo Ribeiro
	Raad Massouh	Geraldo Naves
	Cristiano Araújo	Doutor Charles

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

	Titulares	Suplentes
Presidente	Bispo Renato	Rôney Nemer
Vice- Presidente	Érika Kokay	Paulo Tadeu
Membros	Raimundo Ribeiro	Benedito Domingos
	Geraldo Naves	Brunelli
	Batista das Cooperativas	Rogério Ulysses

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

	Titulares	Suplentes
Presidente	Batista das Cooperativas	Rogério Ulysses
Vice- Presidente	Brunelli	Geraldo Naves
Membros	Cabo Patrício	Érika Kokay
	Benício Tavares	Bispo Renato
	Jaqueline Roriz	Milton Barbosa

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

	Titulares	Suplentes
Presidente	Doutor Charles	Milton Barbosa
Vice- Presidente	Cabo Patrício	Érika Kokay
Membros	Benedito Domingos	Cláudio Abrantes
	Eurides Brito	Wilson Lima
	Reguffe	

COMISSÃO DE SEGURANÇA

	Titulares	Suplentes
Presidente	Aylton Gomes	Raimundo Ribeiro
Vice- Presidente	Bispo Renato	Rôney Nemer
Membros	Benício Tavares	Eurides Brito
	Milton Barbosa	Jaqueline Roriz
	Cláudio Abrantes	Batista das Cooperativas

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

	Titulares	Suplentes
Presidente	Jaqueline Roriz	Milton Barbosa
Vice- Presidente	Geraldo Naves	Raad Massouh
Membros	Érika Kokay	Cabo Patrício
	Rôney Nemer	Benício Tavares
	Cláudio Abrantes	Aylton Gomes

As vagas não eletivas são preenchidas observando o quociente e a proporcionalidade partidária. As decorrentes de licenças do exercício do mandato serão ocupadas pelo suplente partidário, observado a prerrogativa do líder de que trata o art. 32 do RI.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

INFORME ACESSORIA DE PLENÁRIO – ASSPLEN

O DCL, as sessões plenárias, este informe e qualquer outro meio de comunicação que melhor atender a urgência quando mediar tempo inferior a 24 horas são meios oficiais de comunicação – art. 120 RI.

Bancadas em 23/04/2009		Quocientes Partidários	Comissões Permanentes	Comissões Especiais
BPP	06	1.250	1.041	1.764
BDSB	05	1.041	1.041	1.461
DEM	04	0.833	0.833	1.069
PT	04	0.833	0.833	1.069
BST	04	0.833	0.833	1.069
PDT	01	0.208	0.208	0.292

BPP- Bloco Parlamentar Progressista	PPS/PMN/PSB/PSL/PP/PRP
BDSB – Bloco Democrático Social Brasileiro	PMDB/PR
BST – Bloco Social Trabalhista	PSDB/PTB
Partido dos Trabalhadores	PT
Democratas	DEM
Partido Democrático Trabalhista	PDT

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA – SESSÃO LEGISLATIVA/2009		
	Titular	Suplente
BDP		
BST		
PT		
BDSB		
DEM		
BDSB		
BDP		

A Presidência – art. 61, § 1º do RI – fará as indicação de membros para a composição da Comissão de Análise das Propostas de Emendas à Lei Orgânica para esta sessão legislativa – Art. 210, I, do RII –, reservado aos líderes o previsto no art. 32, I, do RII.

FRENTES PARLAMENTARES

DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	
MEMBROS	Deputados Benício Tavares; Brunelli; Batista das Cooperativas, Paulo Tadeu; Paulo Roriz; Dr. Charles; Wilson Lima, Cristiano Araújo, Jaqueline Roriz, Cabo Patrício; Leonardo Prudente, Eurides Brito; Bispo Renato; Pedro do Ovo; Alirio Neto; Luzia de Paula; Chico Leite; Rogério Ulysses; Rôney Nemer e Bernaldo Pontes.
DO COOPERATIVISMO DO DISTRITO FEDERAL	
MEMBROS	Deputados Batista das Cooperativas; Bernaldo Pontes e Jaqueline Roriz; Rogério Ulysses e Benício Tavares. Deputados Rogério Ulysses; Bernaldo Pontes; Jaqueline Roriz e Benício Tavares.
DA JUVENTUDE	
MEMBROS	Deputados Jaqueline Roriz; Rogério Ulysses; Wilson Lima; Dr. Charles; Milton Barbosa; Reguffe; Chico Leite; Cristiano Araújo; Bernaldo Pontes; Érika Kokay; Benício Tavares; Batista das Cooperativas; Cabo Patrício; Paulo Roriz e Pedro do Ovo.
DA SAÚDE	
MEMBROS	Deputados Dr. Charles; Bernaldo Pontes; Cristiano Araújo; Wilson Lima; Milton Barbosa; Leonardo Prudente; Paulo Tadeu; Benício Tavares; Paulo Roriz; Jaqueline Roriz e Pedro do Ovo.
EM DEFESA DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA	
MEMBROS	Deputados Milton Barbosa; Alirio Neto; Chico Leite; Paulo Tadeu; Batista das Cooperativas; Benício Tavares; Cabo Patrício; Jaqueline Roriz; Leonardo Prudente; Paulo Roriz; Rôney Nemer; Wilson Lima e Pedro do Ovo.
PRÓ-VIDA	
MEMBROS	Deputados Wilson Lima; Brunelli; Alirio Neto; Paulo Tadeu; Benício Tavares; Bernaldo Pontes; Cabo Patrício; Chico Leite; Cristiano Araújo; Dr. Charles; Jaqueline Roriz; Leonardo Prudente; Milton Barbosa; Paulo Roriz; Batista das Cooperativas; Reguffe; Rôney Nemer; Rogério Ulysses e Pedro do Ovo.
EM DEFESA DO BRB	
MEMBROS	Deputados Érika Kokay; Alirio Neto; Paulo Tadeu; Benício Tavares; Eliana Pedrosa; Bernaldo Pontes; Cabo Patrício; Chico Leite; Cristiano Araújo; Dr. Charles; Jaqueline Roriz; Milton Barbosa; Paulo Roriz; Batista das Cooperativas; Reguffe; Rôney Nemer; Rogério Ulysses; Bispo Renato; Eurides Brito e Wilson Lima.

EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
MEMBROS	Deputados Eliana Pedrosa; Érika Kokay; Alirio Neto; Paulo Tadeu; Bernaldo Pontes; Cabo Patrício; Chico Leite; Cristiano Araújo; Dr. Charles; Milton Barbosa; Paulo Roriz; Batista das Cooperativas; Reguffe; Rôney Nemer e Eurides Brito.
EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
MEMBROS	Deputados Érika Kokay; Alirio Neto; Paulo Tadeu; Bernaldo Pontes; Chico Leite; Cabo Patrício; Reguffe; Brunelli; Batista das Cooperativas; Cristiano Araújo; Benício Tavares; Dr. Charles; Jaqueline Roriz; Leonardo Prudente; Milton Barbosa; Paulo Roriz; Eliana Pedrosa; Bispo Renato; Rogério Ulysses; Rôney Nemer; Wilson Lima; Eurides Brito e Pedro do Ovo.
PRÓ-CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	
MEMBROS	Deputados Paulo Tadeu; Cristiano Araújo; Cabo Patrício; Érika Kokay; Bernaldo Pontes; Luzia de Paula; Raad Massouh e Wilson Lima.
PELA DEFESA E VALORIZAÇÃO DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA	
MEMBROS	Deputados Rôney Nemer; Milton Barbosa; Jaqueline Roriz; Cristiano Araújo; Benício Tavares; Aylton Gomes; Bernaldo Pontes; Luzia de Paula; Leonardo Prudente; Eliana Pedrosa; Rogério Ulysses; Paulo Roriz; Paulo Tadeu; Brunelli; Chico Leite; Cabo Patrício; Reguffe e Batista das Cooperativas.
PRÓ-AGRICULTURA E PRÓ-AGRONEGÓCIO	
MEMBROS	Deputada Eurides Brito.
PRÓ-DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
MEMBROS	Deputados Alirio Neto; Paulo Tadeu; Bernaldo Pontes; Chico Leite; Cabo Patrício; Reguffe; Brunelli; Batista das Cooperativas; Cristiano Araújo; Benício Tavares; Dr. Charles; Jaqueline Roriz; Leonardo Prudente; Milton Barbosa; Paulo Roriz; Raad Massouh; Bispo Renato; Rogério Ulysses; Rôney Nemer; Wilson Lima; Eurides Brito; Érika Kokay; Luzia de Paula e Pedro do Ovo.
AMBIENTALISTA	
MEMBROS	Deputados Jaqueline Roriz; Eurides Brito; Cabo Patrício; Milton Barbosa e Aylton Gomes

PROPOSIÇÕES - 5ª LEGISLATURA – ATUALIZAÇÃO 30/04/09				
Natureza	QTE	TRAM	APROV	OS
Emenda à Lei Orgânica	0.033	0.018	0.004	11
Lei Complementar	0.125	0.038	0.067	20
Projetos de Lei	1.214	0.758	0.302	154
Projetos Resolução	0.071	0.040	0.012	19
Decreto Legislativo	0.309	0.144	0.139	26
Indicações	6.616	1.250	5.318	48
Moções	0.348	0.130	0.215	03
Requerimento	1.527	0.388	0.968	171
Recurso	0.015	0.010	0.000	05
GERAL	10.258	2.776	7.025	457

OS = outras situações – Atualização mensal

2008

2009

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA			
	Autor	Proposição	Referência
01	Executivo	PLC 0.090/08	23/09 – Previdência
02	Executivo	PLC 0.107/08	14/04 – Código contribuinte
05	Executivo	PL 0.755/08	22/04 – Indenização / Terracap
06	Executivo	PL 0.763/08	30/04 – Altera a Lei do INAS
07	Executivo	PL 0.873/08	03/02 – IPTU lotes programados
08	Executivo	PL 0.985/08	04/11 – Hidrômetro vertical
10	Executivo	PL 1.049/08	17/03 – Creditrabalho
11	Executivo	PL 1.071/08	17/03 – Motofrete
13	Executivo	PL 1.087/08	17/03 – Medidas para os jogos Olímpicos 2016
14	Executivo	PL 1.097/08	10/03 – BRB-serviços
15	Executivo	PL 1.099/08	26/03 – Incentivos tecnológicos
16	Executivo	PL 1.114/08	26/03 – cria unidades/cargos na Sefaz

(*) Aprovado em 1º turno



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Fontes: Sistema Legis; ASSPLEN; SACP; SACT, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.
Unidade responsável: Assessoria do Plenário e Distribuição

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 14/05/2009

PROJETOS NA ORDEM DO DIA

Itens	Autores	Natureza	Turno	
01	Poder Executivo	PL 1.043/08	VP	
02	Chico Leite	PL 0.299/07	VT	
03	P.Executivo	PL 1.026/08	VP	
04	Cristiano Araújo	PL 1.030/08	VT	
05	Chico Leite	PL 1.112/08	VT	
06	P.Executivo	PL 1.098/08	VP	
07	Wilson Lima	PL 1.039/08	VT	
08	Leonardo Prudente	PL 1.271/04	VT	
09	Raad Massouh	PL 0.995/08	VT	
010	Cabo Patrício	PL 1.036/08	VT	
011	Brunelli	PL 1.876/05	VT	
012	Érika Kokay	PL 0.855/08	VT	
013	Poder Executivo	PLC 123/09	2º Turno	RU
014	Chico Leite e outros	PR 0.019/03	2º Turno	
015	Leonardo Prudente	PL 0.549/03	2º Turno	
016	Doutor Charles	PL 0.064/07	2º Turno	
017	Érika Kokay	PL 0.854/08	2º Turno	
018	Eliana Pedrosa	PL 1.122/09	2º Turno	
019	Wilson Lima	PL 1.692/05	2º Turno	
020	Raad Massouh	PL 1.101/08	2º Turno	
021	Cristiano Araújo	PL 0.541/07	2º Turno	
022	Poder Executivo	PLC 125/09	1º Turno	
023	Poder Executivo	PL 1.187/09	1º Turno	RU
024	Poder Executivo	PL 0.571/07	1º Turno	RU
025	Brunelli	PL 1.798/05	1º Turno	
026	Batista das Cooperativas	PL 0.832/08	1º Turno	
027	Poder Executivo	PL 1.198/09	1º Turno	RU
028	Chico Leite	PL 0.341/03	1º Turno	
029	Raimundo Ribeiro	PL 0.604/07	1º Turno	
030	Paulo Tadeu	PL 0.974/08	1º Turno	
031	Bispo Renato	PL 1.065/08	1º Turno	
032	Rôney Nemer	PL 0.775/08	1º Turno	
033	Tribunal de Contas	PL 0.283/07	1º Turno	
034	Mesa Diretora	PR 0.022/07	1º Turno	
035	Vários Deputados	REC 0.67/09	T. Único	
036	Poder Executivo	PROC. 48/09	T. Único	

O sumário das proposições reproduz apenas informações institucionais de conteúdo e de tramitação sem adentrar ao mérito

VETOS LIDOS

VETOS – 2008				
1	P.Executivo	PL 1.043/08	Crédito de R\$ 8 milhões	27/02/09
2	P.Executivo	PL 1.026/08	Crédito de R\$ 89 milhões	23/03/09
3	C.Araújo	PL 1.030/08	Programa de Incentivo a Investimentos	23/03/09
4	W.Lima	PL 1.039/08	Direito a folga no dia do Aniversário	23/03/09
5	V.Deputados	PL 1.084/08	Revisão dos Vencimentos - CLDF	23/03/09
6	P.Executivo	PL 1.098/08	Crédito de R\$ 59 milhões	23/03/09
7	Chico Leite	PL 1.112/08	Indicação Diretor Geral do CAJ	23/03/09
8	L. Prudente	PL 1.271/04	Programa de creches comunitárias	14/04/09
9	Raad Massouh	PL 0.995/08	Transferência de Licenciamento	31/03/09
10	Cabo Patrício	PL 1.036/08	Utilização do Bezerrão	31/03/09
11	Brunelli	PL 1.876/05	Utilidade Pública ASSPOLO	14/04/09
12	Érika Kokay	PL 855/08	Gratuidade de transporte para pessoas com transtorno mental	14/04/09
13	P. Executivo	PLC 0.46/07	Plano Diretor de Ordenamento Territorial	11/06/09

VETOS APRECIADOS NO 1º SEMESTRE/09

C.Araújo	PL 0.187/07	Contratação de Trabalhadores	Mantido
C.Araújo	PL 0.429/07	Extrato Consolidado Anual	Rejeitado
B.Renato	PL 0.778/08	Cadastro Produtores de Flores	Mantido

PROJETOS DE DEPUTADOS INDICADOS PARA ORDEM DO DIA E APROVADOS

		Votados em		
AUTORIA		NUMERO	1º Turno	2º T / RF
1	Batista das Cooperativas	PL 0.382/07	16/04	16/04
2	Eurides Brito	PL 0.483/07	26/02	05/05
3	Wilson Lima	PL 1.977/05	26/02	12/05
4	Milton Barbosa	PL 1.174/09	05/05	13/05
5	Jaqueline Roriz	PL 0.411/08	26/02	13/05
6	Cabo Patrício	PL 0.720/07	26/02	13/05
7	Roberto Lucena	PL 0.966/08	17/03	13/05
8	Eliana Pedrosa	PL 1.120/09	05/05	13/05
9	Reguffe	PL 1.141/09	05/05	13/05
10	Aylton Gomes	PL 0.071/07	17/03	
11	Chico Leite e outros	PR. 0019/03	26/02	
12	Doutor Charles	PL 0.064/07	13/05	
13	Érika Kokay	PL 0.854/08	13/05	
14	Raad Massouh	PL 1.101/08	13/05	
15	Cristiano Araújo	PL 0.541/07	13/05	
16	Leonardo Prudente	PL 0.549/03	13/05	
17	Eliana Pedrosa	PL 1.122/09	13/05	
18	Wilson Lima	PL 1.692/05	13/05	
19	Brunelli	PL 1.798/05		
20	Chico Leite	PL 0.341/03		
21	Batista das Cooperativas	PL 0.832/08		
22	Raimundo Ribeiro	PL 0.604/07		
23	Paulo Tadeu	PL 0.974/08		
24	Mesa Diretora	PR 0.022/07		
25	Bispo Renato	PL 1.065/08		
26	Raimundo Ribeiro	PL 0.755/08		

PROJETOS APROVADOS DO EXECUTIVO NO 1º SEMESTRE/09

	Proposição	Data	Regim e	Norma	
1	PLC 112/09	19/02/2009	RU	LC 801/2009	Doação lote
2	PLC 113/09	19/02/2009	RU	LC 802/2009	Doação lote
3	PLC.046/07	17/03/2009	RU	Autógrafos	PDOT
4	PL 1.171/09	24/03/2009	RU	LEI 4.313/2009	Empréstimo
5	PL 1.172/09	24/03/2009	RU	LEI 4.314/2009	Empréstimo
6	PL 1.149/09	24/03/2009	RU	LEI 4.315/2009	75.632.000,00
7	PL 1.180/09	31/03/2009	RU	LEI 4.316/2009	Reajuste servidor
8	PLC 116/09	16/04/2009	RU	Redação final	Igrejas
9	PCL 121/09	16/04/2009	RU	LEI 4.317/2009	Doação lote
10	PL 1.165/09	16/04/2009	RU	LEI 4.319/2009	1.045.435.043,
11	PL 1.164/09	16/04/2009	RU	Redação final	15.586.659,00
12	PL 1.197/09	16/04/2009	RU	LEI 4.318/2009	4.000.000,00
13	PL 1.199/09	16/04/2009	RU	LEI 4.320/2009	8.953.369,00
14	PL 0.817/08	23/04/2009	RU		Vicente Pires
15	PLC 110/08	05/05/2009	RU		CEB
16	PL 1.190/09	12/05/2009	RU		6.050.000,00
17	PL 1.200/09	12/05/2009	RU		Plano de Saúde